

## “Urge redobrar esforços na melhoria dos sistemas de Cobrança”

-defende Augusto Tacarindua

Por: **Alfredo Macamo**



O Director Geral do Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional (GPECI), Augusto Tacarindua, defendeu, na manhã desta quinta-feira, 06 de Agosto, que compete

exclusivamente ao Estado a cobrança do Imposto, de tal forma que, recomendou aos demais quadros da instituição, a redobramos esforços na implementação de estratégias tendentes à melhoria do sistema de

cobrança, incidindo mais para a economia digital e o aprimoramento da tributação plena do sector informal.

Tacarindua, que falava em representação da Presidente da AT, teceu estas considerações, à margem da sessão de abertura de um ciclo de Retiros sectoriais, levados a cabo pela Autoridade Tributária (AT), com vista a debater estratégias de actuação para elevar os níveis de arrecadação de receita.

Como forma de despertar a consciência colectiva de todas as forças vivas da sociedade, o director de GPECI apontou como um dos grandes desafios, o alargamento da base tributária, que no seu entender, passa por potenciar campanhas de divulgação de Educação Fiscal e Popularização de Imposto, permitindo o uso de novos canais de atendimento ao contribuinte. A par disso realçou a importância do factor humano a

#### PROPRIEDADE:

Autoridade Tributária de Moçambique  
Av. 25 de Setembro, Nº 1235  
Tel: +258 21 344 200 - www.at.gov.mz

#### PRESIDENTE:

Amélia Muendane

#### PRODUÇÃO:

Gabinete de Comunicação e Imagem

Directora: Natércia Manhenje

REDACÇÃO & EDIÇÃO:

Fénias Zimba, Bernardino Manhaussane  
César Mondlane

#### COLABORAÇÃO:


Liége Vitorino, Delegações Provinciais

#### DESIGN & MAQUETIZAÇÃO:

Benedito Chivure

nível da instituição, para a consecução deste desiderato.

Na sua locução, o dirigente exortou a todos os funcionários para que no exercício das suas funções pautem por uma conduta que valorize os pilares da instituição, de modo a granjear maior confiança dos contribuintes.

O ciclo de retiros que contemplam a Direcção Geral dos Impostos (DGI), Direcção Geral dos Serviços Comuns (DGSC) e o Gabinete de Planeamento, Estudos e Cooperação Internacional (GPECI) tem, entre os temas para debate, a Problemática da Análise dos Processos de Reembolso e o Ponto de Situação dos Projectos de Modernização Tecnológica. 



### Caro Colega

Divulgue o

## e-Declaração

pagamento via banco

flexibilize o pagamento do imposto!



*Depois de Manica e Tete*

## Directores Gerais Adjuntos da AT Palmilham Sofala

Por: *Ovasse Campine*



vindo a realiza-se no país, desde o passado mês, visa dentre outros objectivos fazer o levantamento das necessidades existentes nos sectores, bem como avaliara impacto da COVID-19 nos processos de colecta de receita.

Naquela que constitui a 1ª deslocação do género à província de Sofala, a brigada compostapelo director geral adjunto dos impostos internos, Domingos Muconto; director geral adjunto dos Serviços Comuns, Bernardo Nhamossa; director geral adjunto das alfândegas, Inocêncio Mota e o director geral adjunto do Controle, Interno, Davário Mutuque rumou ao recinto portuário, onde trabalhou, sucessivamente, nos Serviços províncias das Alfândegas de Sofala, Armazém de Leilões, Aeroporto Internacional da Beira e Instituto de Formação de Finanças Públicas da Beira.

Na interação, os funcionários elencaram a falta de efectivo para fazer face as necessidades das diversas unidades orgânicas, a falta de computadores, uniforme, Cablagem e Internet, falta de Sistema para visualização da Janela Única como sendo os problemas que imperam para o cumprimento integral das tarefas preconizadas. Paralelamente, apontaram como constrangimento de funcionamento, a falta de rotatividade de funcionários e a permanência por longos períodos nos mesmos postos.

Deste périplo, constavam ainda, visitas aos funcionários que padecem de diversas efermidades, contudo, devido à situação actual, caracterizada pela pandemia do COVID-19, não se efectivaram.

De referir para além dos postos acima referenciados, a comitiva manteve um encontro de cortesia com a secretária de estado da província, Stela Pinto Novo Zeca. 🌿

**T**eve lugar de 27 a 30 de Julho na província de Sofala, uma visita de trabalho dos directores gerais adjuntos da Autoridade Tributária (AT), no âmbito de auscultação dos problemas existentes no seio dos funcionários. A auscultação que tem

## Em Manica

# AT frustra tentativa de contrabando de cigarros

Por: Redacção


A Autoridade Tributária de Moçambique (AT), Delegação de Manica, através dos Serviços Provinciais das Alfândegas de Manica, apreendeu, recentemente, mais de 75 Mil maços de cigarros contrabandeados do vizinho Zimbabwe. São apontadas como causa da apreensão, falsas declarações e violação do disposto na Lei 17/2009, de 10 de Novembro, que aprova o Código do Imposto sobre o Consumo Específico que obriga a selagem de bebidas alcoólicas e tabaco Manufacturado.

Parte da mercadoria em alusão (50.000 maços) seguia disfarçada em caixas de água mineral, num camião articulado de longo curso, que fazia o trajecto Manica - Maputo, tendo sido interpelado pela equipe das Brigadas de Reacção Táctica (BRT), na Estrada N6, no troço entre a Cidade de Chimoio e o Posto Administrativo de Inchope, culminando

com a apreensão do camião e da respectiva mercadoria.

Com esta apreensão, a AT frustrou uma tentativa de contrabando, que lesaria o Estado em mais de 3 milhões de Meticais.

Segundo Remígio Guiamba, Director da Área Operativa das Alfândegas, em Manica, a apreensão resulta do trabalho árduo de inteligência e fiscalização que as Alfândegas têm desenvolvido naquele ponto do País, de forma a reduzir os índices de contrabando.

Guiamba reiterou que os Serviços Provinciais das Alfândegas, sob a sua égide, continuarão a encetar acções, tendentes a desencorajar a prática do contrabando, garantindo, deste modo, a arrecadação de receitas para os cofres do Estado. 





*Aos membros da TASK FORCE*

## Delegado da AT - Cidade de Maputo apela ao maior empenho para a recuperação da receita

Por: César Monjane




O Delegado Provincial da AT-Cidade de Maputo, Sidónio Jacob, exortou aos membros da recém-criada Task Force, uma equipe de análise de processos de contabilidade a um maior empenho, tendo em vista a recuperação de receita por parte da instituição.

Sidónio Jacob, que comanda uma delegação responsável por cerca de 65% da cobrança global da instituição, fez estes pronunciamentos no âmbito da visita de trabalho que efectuou às instalações onde está baseada a Task Force.

Na ocasião, Jacob apelou àquela equipa de trabalho maior responsabilidade e distanciamento a actos de corrupção, para além da necessidade do cumprimento escrupuloso das medidas de prevenção contra a pandemia da COVID-19.

Falando à equipa da comunicação e imagem, fez saber que num prazo de 90 dias, serão analisados cerca de 3200 processos de contabilidade, com enfoque para IRPC, por se tratar de um imposto que apresenta um desempenho relativamente baixo.

A Task Force foi criada pela Delegação da AT da Cidade de Maputo, em coordenação com a Unidade de Auditoria Tributária e Aduaneira (UATA), no âmbito da suspensão das actividades rotineiras de auditoria e fiscalização na instituição, devido à pandemia da COVID-19. A equipa é constituída por 12 técnicos especializados em análise de processos, provenientes das unidades de cobrança, adstritas à delegação retromencionada, tendo cada um deles uma meta diária de análise de 4 processos. 

*Após beneficiarem de uma acção de Educação Fiscal*

## Fazedores de Teatro garantem apoio à Campanha de Popularização do Imposto

Por: Redacção



Os membros da classe teatral, na cidade de Maputo, prontificaram-se a trabalhar lado a lado com a Autoridade Tributária, com vista a emprestar maior dinâmica às acções de Educação Fiscal e Popularização de Imposto realizada pela AT.

As garantias foram prestadas, semana finda, em Maputo, no decurso do evento organizado pela Associação de Teatro de Moçambique (AMOTE), juntando no mesmo palco, profissionais do sector do teatro e demais ramos artísticos, sendo que o debate acerca dos mecanismos de tributação, aplicáveis à classe artística era o objectivo central.

Na mesma ocasião, os participantes manifestaram a sua preocupação no que concerne aos benefícios da lei de mecenato para os fazedores das artes, pois, no entender destes, a mesma não responde às expectativas da classe. Paralelamente,

propuseram a criação de uma lei que garanta benefícios fiscais à classe artística, de forma directa.

No encontro em alusão, do qual fez parte o Director Nacional da Cultura, os técnicos da AT, abordaram vários assuntos, com destaque

para Importância Social do Imposto; Sistema Tributário Moçambicano e Lei do Mecenato.

Refira-se que dada a obrigatoriedade de observância das medidas de prevenção pandemia da COVID-19, o evento esteve reservado para apenas 20 participantes.

